

MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA (09/2019)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN

Santo André, 22 de outubro de 2019.

PARTICIPANTES

Poder Público:

- José Rogerio Moreira Santana – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Carla Adriana Basseto da Silva – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA)
- Sérgio Bombachini – representante titular do Departamento de Planejamento e Obras (SEMASA)
- José Elidio Rosa Moreira – representante titular do Departamento de Resíduos Sólidos (SEMASA)
- Vanessa Cristina Santiago – representante titular da Gerência de Controle Ambiental/DGA (SEMASA)
- Silvia Regina Ziantonio Morisco – representante titular da Secretaria de Educação (PSA)
- Regina Celia Aparecido Done – representante titular da Secretaria de Gestão Financeira (PSA)
- Priscila de Oliveira – representante suplente da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA)
- Paulo Henrique Borges de Oliveira – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente (PSA)
- Zilda Rodrigues de Lima – representante titular da Secretaria de Saúde (PSA)

Sociedade Civil:

- Luis Antonio Sampaio da Cruz – representante titular da ACISA
- Osiel Varela – representante suplente da AEASA
- Valdinete Maria Matos – representante titular do Clube da Família do Parque Andreense
- Roberto Carlos Sallai – representante titular da FSA
- Josenilda Maria da Silva – representante titular do MDDF
- Ivone de Arruda Carvalho – representante titular do MDV
- Irene Grasson P. de Souza Viola – representante suplente da OAB

- Helton Alves da Costa – representante titular do SEESP
- Claudio Marques da S. Gonçalves – representante titular do Sindicato dos Químicos do ABC
- Jaime de Oliveira Batista – representante titular do Sindserv Santo André
- Ricardo Hideo Taniwaki – representante titular da UFABC

Convidados:

- Andréia Maura Moura – Jardim Clube de Campo
- Denise G. F. Leone – Semasa
- Edir Linhares – Munícipe
- Armando Rocela
- Naráisa Moura Esteves Coluna – Semasa
- Daniela S. G. Milanés – Semasa

PAUTA

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva;
- Aprovação da memória da reunião de 17/09/2019;
- Aprovação dos relatórios do GT – Infrações e Processos Ambientais;
- Proposições e questionamentos;
- Pauta:
 - ✓ Apresentação do Plano de Resíduos Sólidos;
 - ✓ Área Verde do Paço Municipal.

ABERTURA

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) abriu e presidiu a plenária.

INFORMES

INFORMES DA PLENÁRIA

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) abriu espaço para os informes da plenária.
- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) informou que no dia 27/10 ocorrerá a eleição para os conselheiros representantes de Paranapiacaba, das 8h às 17h, no Departamento de Paranapiacaba.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que não há informes da secretaria executiva.

PROPOSIÇÕES E QUESTIONAMENTOS

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se há alguma proposição ou questionamento.
- A plenária não se manifestou.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) solicitou dispensa da leitura da memória da reunião de 17 de setembro de 2019, uma vez que todos receberam com antecedência e perguntou se a plenária tem alguma consideração.
- A plenária aprovou a memória da reunião de 17 de setembro de 2019.

APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO GT - GRUPO DE TRABALHO INFRAÇÕES E PROCESSOS AMBIENTAIS

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) solicitou dispensa da leitura dos relatórios do GT, uma vez que todos receberam com antecedência.

- A plenária aprovou as decisões do grupo com relação aos processos: 103/2012, 219/2016, 28748/2018 e 44259/2017.
- Os relatórios serão anexados aos respectivos processos.

PAUTA

ÁREA VERDE DO PAÇO MUNICIPAL

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou que foi protocolado documento da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos e solicitou a sua leitura.
- Priscila de Oliveira (SMSU/PSA) disse que se trata de um documento do Secretário, pois foi solicitado como pauta para a reunião esclarecimentos quanto ao projeto do estacionamento no Paço Municipal, mas não foi possível e por isso foi encaminhado o documento para agendar para a próxima reunião os esclarecimentos. Realizou a leitura do documento:

Ao COMUGESAN

Foram solicitados esclarecimentos pela conselheira Sra. Ivone do MDV, e Vice-Presidente sobre a ampliação do estacionamento do Paço Municipal.

Segue abaixo as informações solicitadas:

A Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos é parte integrante deste conselho e o Departamento de Manutenção de Áreas Verdes o representa, justamente pelas suas competências e atribuições desenvolvidas no município.

Em 2019, já foram plantadas em vias públicas, praças e áreas verdes mais de 3200 árvores e palmeiras, através de projetos implantados por esta secretaria, como Meu Bairro Mais Verde.


Já revitalizamos e implantamos mais de 33.000 metros quadrados de áreas verdes com grande incremento na arborização e ajardinamento.

A Praça IV Centenário abriga os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário e dessa forma a prestação de serviços é centralizada, gerando a necessidade de oferecer acesso e conforto á todos os cidadãos. Com isso, a necessidade de retirarmos o estacionamento de veículos sobre o mosaico português, pois esse piso é bem tombado pelo COMDEPHAAPASA e deve ser preservado, conforme TAC firmado em janeiro de 2012 entre a Prefeitura e o Ministério Público.

Para contemplar o aumento do número de vagas de estacionamento, desenvolvemos um projeto que causasse o menor impacto possível na área verde.

Estamos à disposição para apresentar o projeto completo, desenvolvido pela equipe do DMAV em data oportuna e sugerida pelo COMUGESAN e assim esclarecer as dúvidas dos conselheiros.


Eng. Agrônomo Valdenar Campião Junior
Diretor DMAV


P/ Vitor Mazzeti Filho
Secretário SMSU

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) esclareceu que foram duas as razões para pedirem que essa questão fosse trazida para o Comugesan e solicitaram a presença da Silvia Passarelli [Presidente do COMDEPHAAPASA], pois a área toda da prefeitura é tombada, não somente os prédios, a calçada e os jardins.
- Disse que analisou todo o sistema de tombamento do Paço Municipal, por ser um projeto de Rino Leve e paisagismo de Burle Marx só existem cinco iguais no Brasil. Vendo pelo ponto histórico e paisagístico, os limites desse projeto chegam às confluências da ACISA, pega a Avenida Portugal, o viaduto e a área abrangente. O projeto tem uma ampliação muito grande, até jardins e a parte inferior, nada poderia ser mexido, porque está tombado e não somente pelo município de Santo André como também pelo CONDEPHAAT que é mais rigoroso. No estado de São Paulo esse projeto talvez seja o único, então é seguramente uma pérola para Santo André que deveriam estar conservando, até a estátua de João Ramalho que tiraram não poderia ter sido retirada.
- Observou que o outro problema, que é maior, pois está protegido pelo município de Santo André e pelo estado de São Paulo desde 2013, que o Doutor Aidan conseguiu isso no CONDEPHAAT e não se pode retirar o jardim para fazer estacionamento. A cidade tem o direito de ter um ambiente equilibrado e no caso do Paço Municipal passa na frente um grande fluxo de carros, então essa área verde contribui para melhorar o ar do local. Tirar essa área para fazer estacionamento é um crime ambiental.
- Priscila de Oliveira (SMSU/PSA) informou que, conforme a solicitação do Secretário, os projetistas, as pessoas que fizeram o estudo e estão acompanhando esse TAC do Ministério Público, que foi assinado em 2012, não estão presentes e estão dispostos a vir na próxima reunião. Disse que não tem muita informação a passar, mas estão se dispondo a vir na próxima reunião com as pessoas que participaram do COMDEPHAAPASA, das reuniões com o Ministério Público e com os promotores que estão exigindo o cumprimento do TAC. Solicitou que deixassem essa discussão para a próxima reunião para que possam dar mais informações.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que no Comugesan discutem primeiro, tomam as medidas necessárias e os encaminhamentos.
- Priscila de Oliveira (SMSU/PSA) questionou como poderiam discutir se não conhecem o projeto.
- Osiel Varela (AEASA) disse que a Priscila está correta, mas não estão discutindo a qualidade do projeto e sim de se fazer ou não a intervenção, depois se discuti o projeto. O encaminhamento do projeto não tem nada a ver com a decisão do Comugesan e não é a primeira vez que uma administração tenta fazer isso. O encaminhamento está

correto, devem discutir sem conhecer o projeto e ser encaminhado posteriormente, dependendo da decisão do conselho.

- Edir Linhares (município) concordou com o posicionamento do Osiel. Questionou se o projeto está em perspectiva de implantação e o motivo pelo qual se quer fazer o estacionamento ali, se é a questão da frequência dos funcionários e do público usuário. Se não há outra alternativa, que não fira o projeto assinado pelo Burle Marx e verificar a possibilidade de se alugar um espaço para se fazer um estacionamento no entorno do prédio.
- Luis Antonio Sampaio da Cruz (ACISA) comentou que um projeto, normalmente, deve levar em conta as várias variáveis, legislações e tudo o mais para ser feito e que não viram o projeto. A própria Secretaria se prontifica a trazê-lo na próxima reunião. Sugeriu que o Comugesan decida e encaminhe para a Secretaria correspondente a paralização da continuidade do projeto, até vir a apresentação para o conselho avaliar.
- Helton Alves da Costa (SEESP) concordou com o Luis Antonio e disse que o projeto não deve encaminhar sem ser discutido no Comugesan, se for necessário e tiver prazo, fazer uma reunião extraordinária. Outra questão é que não é a primeira vez e pelo jeito não será a última, que o governo vai continuar atropelando as coisas sem passar pelo conselho. Não é culpa dos técnicos ou dos funcionários e sim da cúpula que não se importa. Sugeriu fazerem uma moção de repúdio à conduta da prefeitura para com o conselho. Sabem das dificuldades que têm na gestão pública e que quando envolve justiça é complicado, mas ninguém está se furtando de ter de tocar algumas questões com certa celeridade porque envolve justiça. Se ela está cobrando essa questão dos estacionamentos, a prefeitura terá que dar uma resposta adequada, mas que não atrole o conselho. Se o conselho está pedindo esclarecimentos, que sejam dados antes de darem outros passos na execução dessa obra.
- Josenilda Maria da Silva (MDDF) reforçou a fala do Helton e solicitou uma reunião extraordinária para discutir esse assunto.
- Carla Adriana Basseto da Silva (CAJ/SEMASA) sugeriu que tenham um ponto de partida para conduzir os trabalhos no conselho e que esse ponto seja o TAC. Precisam tomar conhecimento através do pessoal da prefeitura e dos técnicos que vêm acompanhando, para terem conhecimento desse TAC e que seria um grande norteador das discussões no âmbito do Comugesan.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) completou que na pesquisa que realizou o TAC é no prédio da prefeitura e não no jardim.
- Carla Adriana Basseto da Silva (CAJ/SEMASA) reforçou que seria importante para todos os conselheiros conhecerem na íntegra o teor desse TAC e que viesse ao conselho.

- Irene Grasson P. de Souza Viola (OAB) disse que independente de estudarem o projeto, há uma lei maior que diz que um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos. Mexer em um bem tombado por dois conselhos em detrimento de um grupo que precisa estacionar próximo do seu local de trabalho é um pensamento que deve nortear o voto de todos.
- Jaime de Oliveira Batista (Sindserv) pontuou que é um local tombado, arborizado e permeável. Na região tem muitas enchentes e vão impermeabilizar mais um pouco esse solo. Falou-se em fazer um piscinão em um parque onde já é permeável e agora fazer asfalto onde está absorvendo a água da chuva.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) observou que os conselhos são importantes porque neles há diferentes opiniões, mas, embora os conselheiros da sociedade civil sejam voluntários, são agentes públicos e se aceitarem alguma coisa errada serão convocados no futuro, como será convocado o COMDEPHAAPASA. Do conselho vão deliberar algumas coisas que levarão para a prefeitura, mas antes precisam amadurecer a ideia e estão julgando duas coisas independentes: uma é o projeto que foi feito e outra é o patrimônio público que está protegido pelo município, pelo estado e ao mesmo tempo pela Constituição Federal, no artigo 225.
- Carla Adriana Basseto da Silva (CAJ/SEMASA) informou que serão chamados pelo Ministério Público e por isso é importante primeiramente se enfronharem da sua postura.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) questionou se o Comugesan irá deliberar sobre a questão do projeto que afeta a área de árvores e jardins ou sobre o patrimônio público em si. Disse que estão entrando em uma seara que não é do conselho e que têm que tratar o quanto isso afeta a questão do meio ambiente. Foge um pouco da competência do conselho discutir aquilo que tem órgãos mais competentes para discutir. Tudo aquilo que afetar área verde, a questão do meio ambiente e do impacto ambiental do entorno têm que deliberar e parar a obra.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) informou que a UFABC poderia montar um modelo hidrológico e ver o papel daquela área na infiltração. Perguntou quanto tempo teriam para fazer isso.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que a questão é essa, pois não podem simplesmente fazer esse projeto porque tem TAC e fazer o estacionamento. Podem até conversar com a promotoria do município, porque ali é uma área tombada, uma área verde e importante que está em um lugar de muito trânsito. Concordou com a ideia do Ricardo de trazer tecnicamente a UFABC para discutir essa questão.

- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) acrescentou que a Melissa [UFABC] faz parte da Modelagem Hidrológica do Comitê do Alto Tietê e que ela poderia fazer o estudo para essa região.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) concordou com o Elidio que o papel do conselho é exatamente na área ambiental.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) comentou que se pode fazer uma referência aos órgãos competentes do patrimônio que se observe que algumas questões ambientais não estão sendo adequadas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que enquanto entidade irá pesquisar se o CONDEPHAAT está sabendo disso.
- Edir Linhares (município) perguntou o motivo pelo qual o jardim foi tombado, se tem algum viés ecológico.
- Roberto Carlos Sallai (FSA) observou que a sociedade civil já está se mobilizando e já tem um abaixo assinado na internet com mais de oitocentas assinaturas. Pelas notícias de jornal, na verdade, a prefeitura colocou um monte de gente no dia da votação e o COMDEPHAAPASA acabou aprovando. Acha importante que o Comugesan tenha, pelo menos, uma sessão extraordinária para discutir isso com documentos enviados previamente, até para responder o que e em que fere, porque a mídia pode confundir, pois em certos momentos até parece que é só transferir as plantas de um certo lugar.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que não estão politicamente pressionando ninguém, estão questionando o que é melhor para a cidade.
- Helton Alves da Costa (SEESP) observou que o que pertence ao Comugesan é o que está no inciso XII, do artigo 8º, da 7733/98 que fala que uma das funções do Comugesan é opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente, afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessário, maiores informações dos interessados.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) informou os encaminhamentos tirados: ter uma reunião extraordinária chamando as pessoas do projeto e o COMDEPHAAPASA, na figura da Silvia Passarelli que é a presidente; encaminhamento de carta para o CONDEPHAAT para saber como esse jardim foi classificado. Perguntou se teria mais algum encaminhamento.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) disse que pode tentar trazer os dados de modelagem hidrológica da região.

- Helton Alves da Costa (SEESP) solicitou colocar em votação a confecção de uma moção de repúdio.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) propôs tentar trazer a Melissa para apresentar os resultados no dia da reunião.
- Roberto Carlos Sallai (FSA) informou que no dia 07/11, às 19h, terá uma apresentação na OAB de Santo André, com a Silvia e outros, cujo tema é “Cidade, Memória e Patrimônio Cultural”, falando sobre o direito urbanístico, ambiental e do COMDEPHAAPASA.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) sugeriu o envio do TAC para todos os conselheiros.
- Helton Alves da Costa (SEESP) observou que a moção de repúdio é em relação à conduta do poder executivo para com o conselho.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou para a plenária quem era a favor de se fazer a carta de repúdio: 9 conselheiros votaram a favor, 11 conselheiros votaram contra e 1 se absteve.
- Não foi aprovada a confecção da carta de repúdio.
- Por consenso a plenária deliberou pelo agendamento de uma reunião extraordinária para tratar desse assunto, trazendo os responsáveis pela elaboração do projeto do SMSU, Silvia Passarelli do COMDEPHAAPASA, um representante da UFABC para apresentar os dados do estudo hidrológico e ecológico e um representante da prefeitura que tenha acompanhado o desenvolvimento do TAC ou tenha informações; e o encaminhamento de um documento ao CONDEPHAAT, questionando se estão cientes do projeto.

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) convidou José Elidio Rosa Moreira, Diretor de Resíduos Sólidos.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) iniciou a apresentação informando que a primeira versão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi feito em 2012 e teria que ter sido revisado em 2014, mas não foi, o que repercutiu negativamente, porque os proibiu de terem acesso a uma verba do Ministério do Meio Ambiente por não o terem atualizado. A finalização da atualização do plano ocorreu em novembro de 2018.
- Disse que optaram por fazer a revisão do plano com a equipe técnica do DRS, apoiada por uma consultoria que já dá suporte na questão do

aterro municipal e a Peralta Ambiental que também é parceira do município na parte de coleta.

- Observou que procuraram não só fazer uma revisão, mas ampliar o que havia sido feito em 2012, que era bastante incipiente e simples, para terem uma visão mais clara do que tinham nas mãos e o que precisam fazer no decorrer dos anos, tendo em vista que é um grande desafio a questão dos resíduos e o gerenciamento daqueles que não são pertinentes a atuação direta, que são os de terceiros.
- Apresentou a estrutura do plano:
 - PARTE 1 – Introdução;
 - PARTE 2 – Caracterização do Município;
 - PARTE 3 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos;
 - PARTE 4 – Aspectos Legais;
 - PARTE 5 – Ações Consorciadas;
 - PARTE 6 – Visão de Futuro;
 - PARTE 7 – Ações e Programas para Redução de Massa;
 - PARTE 8 – Sistema de Cálculo dos Custos;
 - PARTE 9 – Cenários Propostos;
 - PARTE 10 – Indicadores de Eficiência e Metas;
 - PARTE 11 – Conclusão.
- Informou que o plano é muito extenso, tem 360 páginas e quando o colocaram para aprovação tinham duas opções pela lei: ou fazer uma audiência pública, ou colocá-lo para fazer uma consulta.
- Apresentou a Naráisa, Engenheira Ambiental, que coordenou dentro do DRS o trabalho da confecção, que contou com a participação de toda a Prefeitura e do Semasa. Foram feitas diversas reuniões com os setores geradores de resíduos para chegarem ao resultado.
- Disse que como a apresentação é muito extensa, foi encaminhado o plano aos conselheiros para que possa responder questionamentos.
- Falou sobre a caracterização do município:
 - Meio Antrópico
 - ✓ Histórico do Município;
 - ✓ Demografia;
 - ✓ Indicadores de Qualidade de vida;
 - ✓ Economia;
 - ✓ Educação;
 - ✓ Saúde;
 - ✓ Saneamento
 - Abastecimento de Água;
 - Esgotamento Sanitário;
 - Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas;
 - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos sólidos.
 - ✓ Energia Elétrica e Comunicação;
 - ✓ Organização Pública;

- ✓ Promoção Social;
- ✓ Empresas Privadas;
- ✓ Oferta Complementar;
- ✓ Zoneamento.

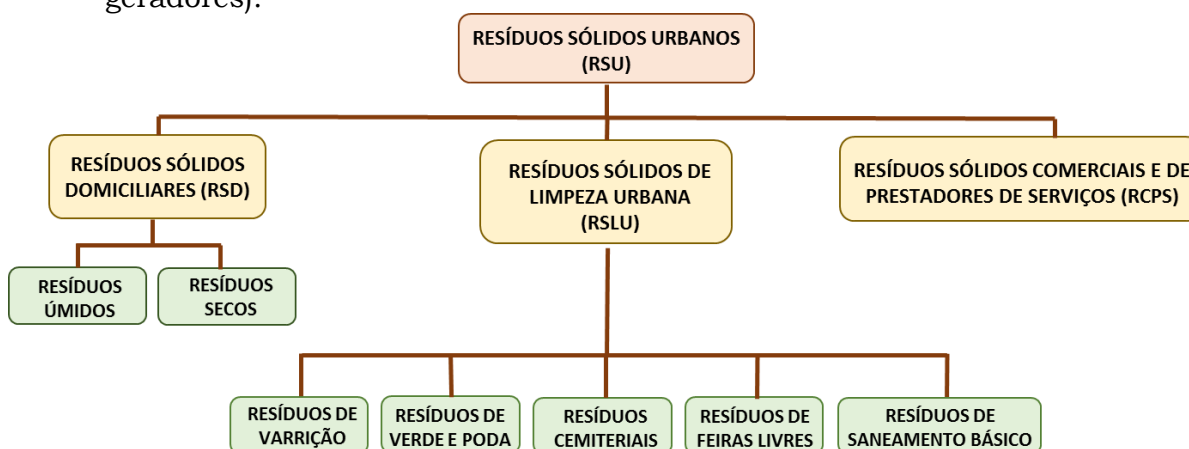
Meio Físico

- ✓ Localização;
- ✓ Geomorfologia;
- ✓ Geologia;
- ✓ Clima;
- ✓ Hidrologia.

Meio Biótico

- ✓ Vegetação;
- ✓ Unidades de Conservação;
- ✓ Fauna.

- Observou que levam em consideração na questão dos resíduos, além da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é um grande norteador do trabalho de gestão de resíduos sólidos no município, como está também a questão estadual, a definição e classificação de resíduos e a questão do cenário municipal.
- Mostrou as definições utilizadas (de onde os resíduos vêm e os fatos geradores):



- Informou que pegaram todos aqueles resíduos que são gerados dentro de casa e têm controle de gerenciamento: os úmidos e os secos, que são os possíveis de reciclagem nas várias linhas de frente que têm de atuação (estações de coleta e coleta porta a porta). Passaram pelos outros geradores dentro da cidade: drenagem, DMO, manutenção de vias, geração de poda e todos os aspectos. Do ponto de vista do que seria o meio externo, que tipo de resíduo as empresas na cidade geram, os grandes geradores e os comerciais, como eles destinam, a logística reversa, a destinação de madeiras e volumosos. Tudo foi trabalhado item a item dentro do plano para entender o que se gera, como se trata e se destina.

- Comentou que hoje na cidade são gerados por volta de 1000 toneladas de resíduos secos e conseguem absorver por volta de 65%, que é o que as duas cooperativas triam e comercializam. Quando se faz frente com o resíduo da coleta porta a porta, que é toda a coleta seletiva, esse percentual na verdade gera por volta de 4,75% a 5% do volume, porque se geram mais 232 mil toneladas de resíduos úmidos. Quando se pega o percentual de reaproveitamento adequado dos materiais coletados o indicador vai para 34% de destinação correta, porque tudo que recebem nas estações de coleta, na coleta porta a porta e por outros meios tem destinação correta.
- Explicou que todos os resíduos têm uma destinação correta. Além do úmido que vai para o aterro e que também é uma destinação correta, todos os outros resíduos são destinados corretamente. Citou os pneus, madeiras, lâmpadas, pilhas e baterias, volumosos como colchões e sofás.
- Disse que fizeram um plano que mostrasse qual é o futuro, que o aterro é finito e que estão com um processo de um novo pedido de ampliação para ganhar mais cinco ou seis anos de vida útil, mas a situação é bastante delicada. A LP já está liberada e no dia onze de novembro apresentarão a documentação para a LI para começarem no início do ano uma intervenção para conseguirem esses cinco ou seis anos a mais de aterro. Terão que fazer várias alterações, como tirar as cooperativas do lugar onde estão hoje, mas que o plano já prevê e fala de estudos futuros que vão trazer outros benefícios.
- Informou que o plano apresentado para a CETESB tem o reaproveitamento energético do gás gerado no aterro e só estão definindo com a consultoria se farão gás para carro, geração de energia, ou algum tipo de calorífico. Todos esses itens estão dentro do plano que traçaram de vinte anos para entenderem a demanda.
- Observou que na parte de resíduos da construção civil, que hoje são incipientes, já possuem um estudo totalmente pronto, com área pré-definida e com todo o projeto pronto de uma ATT. A área fica no Cassaquera, estava contaminada e nada poderia ser construído, mas para uma atividade como uma usina de triagem é possível operar. O projeto está pronto e estão apresentando à CETESB para poderem montar. Como já possuem os custos dos equipamentos necessários, fizeram um projeto pedindo verba do governo federal para poderem comprar os equipamentos e instalá-los.
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) perguntou se consideraram algum projeto de compostagem.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) respondeu que nesse licenciamento do aterro tem uma compostagem para fazerem todos os resíduos de feira, CEASA e CRAISA, onde colocarão 30% desses resíduos com 70% de poda. Informou que quando fizeram a licença

para o aterro fizeram três pedidos juntos: compostagem; ampliação do aterro com o alteamento da massa de resíduo em mais duas dermas (saindo da cota 865 para a 875) e todos os estudos feitos de conformidade apontam que podem fazer isso, pois o aterro é muito seguro e compacto; e resíduo de construção civil, que era uma unidade móvel e estão tirando do projeto com a LP, porque tem esse novo projeto do Cassaquera.

- Osiel Varela (AEASA) questionou sobre a área do Guaraciaba.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) informou que não existe no plano de resíduo nenhum tipo de ideia do DRS e do Semasa com relação a ele. Existiu um projeto para aterrar, mas o próprio Ministério Público do Meio Ambiente travou essa ideia.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) comentou que leu o plano, que o relatório sobre a cidade está perfeito, mas o que preocupa é que são 638 indústrias em Santo André que não estão catalogadas e que São Paulo também não tem esse estudo. No plano informa que tipo de material as indústrias produzem e que os resíduos são, de certa forma, jogados no ar ou no rio.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) disse que tentaram na época contato com a CIESP que tem uma regional no município, mas o único cadastro que conseguiram foi do IBAMA ou do Ministério do Meio Ambiente. Conversando com eles, as indústrias seguem toda uma política de descarte adequado e cada setor é responsável pela sua.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) informou que têm conversado bastante com a Eriane para entenderem quando não reconhecem qual é a empresa, seja ela de que porte for, e de que forma podem trabalhar, porque não podem receber sobra de material, pois não têm a competência de receber resíduos de CNPJ e nem resíduos que possam ser contaminantes ou que precisem de tratamento especial. Explicou que para os resíduos de saúde têm um contrato e vão a todas as clínicas de Santo André que optam por trabalhar com o DRS/Semasa para coletarem, pois não é obrigatório e se forem contratar fora vão pagar mais caro. A questão é que não conseguem controlar o quanto uma pequena mecânica gera de estopa suja de graxa/óleo e a impressão é de que joga no lixo comum que vai para o aterro. Conversaram de fazer o mesmo tipo de cadastramento que São Paulo fez, porque precisam gerar renda para sustentar a operação e criar alternativas para controlar melhor isso. Explicou sobre a necessidade das empresas e dos empreendimentos fazerem o plano corretamente para que se estabeleça a forma de armazenamento dos resíduos e avaliação do impacto. Uma coisa é um setor que já está sobrecarregado, colocarem mais mil residências e o caminhão ter que entrar duas ou três vezes para fazer só aquele empreendimento, porque isso é custo de operação. A questão do resíduo não é só pegar o lixo e levar para o aterro, há muito mais coisas envolvidas.

- Helton Alves da Costa (SEESP) perguntou quando começarão a trabalhar a área do Cassaquera para resíduo da construção civil e a questão de bota fora de corte de terreno.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) respondeu que na questão de bota fora tem que contratar uma caçamba. Explicou que dependendo do tipo de movimentação de corte vai ter que pedir autorização para o DGA e é um resíduo que o município não tem obrigação de recolher. No plano tem vários endereços e no caso de caminhões tem que ir para um aterro em outros municípios.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) observou que o DGA solicita o plano de gerenciamento dos resíduos durante obra e pede para onde vai, porque não é obrigação do município.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) informou que uma das coisas que está sendo discutida no Consórcio, no GT de resíduos, e estão discutindo internamente também, é uma lei específica dos caçambeiros. Falou sobre o recadastramento das empresas na ação “Obra Limpa”, que foi necessário fazer uma readequação e que hoje os CNAEs que podem são os que estão ligados ao transporte de resíduos sólidos. A grande dificuldade é que a região não tem uma política parecida e a migração é muito grande. A fiscalização já pegou caminhão de São Paulo descartando na Lauro Gomes.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que no plano não tem para a área de mananciais e questionou o tratamento que farão nessas áreas críticas de mananciais.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) respondeu que o manejo é igual.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) acrescentou que a regra e a legislação são as mesmas tanto para quem descarta lá nos mananciais quanto aqui na área urbana.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) perguntou se a coleta seletiva também.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) respondeu que sim, que tem estação de coleta. Tem em Paranapiacaba, vai ter uma nova no Parque Andreense e no Recreio da Borda do Campo que fazem parte da ampliação que estão fazendo. Hoje há 21 estações, vão inaugurar uma na Tamarutaca e vão construir mais 20 com dinheiro do governo federal.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) explicou que trabalharam para diminuir o raio de influência, para ficarem mais próximas da população.

- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) questionou como discriminam o território das estações de coleta
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) informou que pelo mapa e cobrindo a cidade como um todo. Antes o raio era de um 1,2/1,5 km, com grandes vazios e com essa ampliação a ideia é que cada região tenha pelo menos uma estação de coleta, o que vai diminuir o raio entre elas para 700/800 m. Cruzaram os pontos de acúmulo e toda área que é ponto de acúmulo vai ter uma estação de coleta próxima para verem se minimiza.
- Helton Alves da Costa (SEESP) disse que perto de núcleo normalmente tem uma caçamba que as pessoas jogam as coisas.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) esclareceu que estão retirando as caçambas e revitalizando os lugares.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) observou que eliminaram três pontos de acúmulo na divisa de Santo André com São Paulo e que gastavam mais de um milhão de reais por ano para limpá-los.
- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) perguntou se essa seleção serve tanto para resíduos secos quanto sólidos.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) informou que nas estações de coleta só não pode úmido e relacionou ou resíduos recebidos.
- Andréia Maura Moura (convidada Jardim Clube de Campo) questionou se esse planejamento de pontos de coleta também vai para as áreas de mananciais.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) disse que vão ter mais dois locais.
- Valdinete Maria Matos (Clube da Família) observou que a de Paranapiacaba está bem na entrada da vila, na parte baixa e é muito desagradável. Perguntou com quem poderia falar.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) orientou falar com o Eric [Diretor de Gestão de Paranapiacaba e Parque Andreense]. Falou que talvez não seja o melhor lugar, porque fica afastado da vila, mas foi o ponto que a própria vila pediu para ser. A vila, em um primeiro momento, não quis fazer em um espaço mais próximo por causa do lixo e se utiliza muito mal, porque descartam o que não pode. Estão querendo disponibilizar uma área no meio na vila para mudar o posto para lá. Comentou sobre um problema de lixo na parte alta, que retiraram as caçambas do local e não tiveram mais reclamação de lixo. Observou que há núcleo que não dá para retirar a caçamba, mas onde é

possível entrar com a coleta, tiram a caçamba por ser um ponto de descarte.

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) disse que não viu no plano um espaço para desenvolver a parte de campanhas.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) informou que colocaram como plano futuro, com metas.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) observou que há urgência na cidade e sugeriu fazerem uma campanha, usando a comunidade, para ensinar a limpar e lavar o que vai para o seletivo.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) comentou que estão ocorrendo muitas atividades da GEMA com relação a resíduo, compostagem, horta urbana e visitas ao aterro. Acrescentou que há uma cartilha de como descartar.
- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) sugeriu ir às casas e distribuir para as pessoas.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) informou que foi feita em 2018 uma campanha ampla e que esse ano não vai ter, mas foi colocado no plano sobre educação ambiental, campanhas, outdoor e porta a porta.
- Zilda Rodrigues de Lima (Secretaria de Saúde/PSA) perguntou se existe um lugar específico que recebe amianto.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) respondeu que tem uma estação, por conta da demanda, já que é um resíduo que ainda tem muito volume na cidade. Mantém uma estação de coleta que é a Bom Pastor e enviam para o aterro Essencis que é licenciado para receber esse tipo de material.
- Naráisa Moura Esteves Coluna (DRS/SEMASA) informou que o plano foi feito pensando que todos são responsáveis e que não adianta o agente público oferecer o serviço se não tiver a participação da população.
- Andréia Maura Moura (convidada Jardim Clube de Campo) questionou se haverá uma mudança na taxa de cobrança de coleta devido a essa ampliação.
- José Elidio Rosa Moreira (DRS/SEMASA) explicou a forma de cálculo da taxa de coleta, que é pós-despesa e dividida em doze vezes. Disse que do ano passado para esse ano pagaram a compra do terreno para fazer a ampliação, que esse valor entrou no rateio e já foi pago, agora vão

entrar na fase da obra que só será paga em 2021, porque a obra só vai acontecer no ano que vem.

- A apresentação foi finalizada sem outros questionamentos.

JUSTIFICATIVA DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: SUP, SHARF, Defesa Civil, Associação dos Aposentados e CLASA.

ENCERRAMENTO

- Ivone de Arruda Carvalho (MDV) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

Ivone de Arruda Carvalho
Vice-presidente do Comugesan
Conselheira do MDV